

Entre a Literatura e a História: Uma Trajetória Oitocentista

Mestranda Rafaela Sanches¹ (UNESP – IBILCE)

Resumo:

A formação da literatura em países de situação pós-colonial exige a busca de uma matriz identitária que exclua o outro, principalmente, o colonizador. No Brasil, as primeiras historiografias literárias do século XIX direcionam a reforma poética para a particularização dos temas literários e dos meios de representá-los, coordenados pelos parâmetros de originalidade e nacionalidade. Nessa esfera, analisaremos como os intelectuais oitocentistas lêem o impacto cultural causado pelos colonizadores sobre a vertente simbólica brasileira, e como articulam um “contra-discurso”, plasmado em um nível superficial. Além das diretrizes românticas, revisitaremos a discussão sobre a literatura transpor as barreiras do local e incorporar o universal, sem, entretanto, abandonar o conceito de caráter nacional. Nessa direção, nosso objetivo é promover contrapontos entre a historiografia e a produção literária brasileira, tendo em vista a dialética centro/periferia.

Palavras-chave: literatura romântica brasileira, historiografia literária, identidade nacional, cor local, cor universal

Introdução

A partir da independência política do Brasil, no século XIX, passa-se a discutir a questão da nacionalidade e o papel da literatura nesse momento. A criação do Estado Nacional institui o conceito de Nação, aflorando a consciência do caráter específico dos brasileiros, ponto nodal do nacionalismo, e promovendo a pesquisa dos índices existentes, já no passado, dessa nacionalidade. Surge a necessidade de se construir uma historiografia da literatura brasileira, com vista a elaborar uma narrativa para a produção literária, que represente em termos simbólicos a conquista libertária no campo político.

De acordo com Zilberman (1999, p. 26), a tarefa de escrever uma historiografia literária não compete apenas aos brasileiros, mas é “[...] compartilhada por europeus de estirpe ilustre.”. Nesse momento, portanto, se impõe ao literato oitocentista americano a missão de criar uma literatura à altura da pátria, que finalmente emergia distinta da metrópole. “Todos os europeus que por essa época se ocuparam de nossas letras insistiram bastante na conveniência ou necessidade de a literatura brasileira enfatizar a cor local, a temática e a ambientação americana das obras aqui produzidas.” (FRANCHETTI, 1994, p. 190). Ao lado desses índices de nacionalidade, emergente na plasmação da especificidade brasileira, os românticos brasileiros demarcam as “fronteiras nacionais”, emolduradas sob horizontes que se diferenciem da ex-metrópole.

Nessa envergadura, na aresta de Bernd (1999), os países de situação pós-colonial exigem a modelagem de uma matriz identitária que exclua o outro, principalmente, o colonizador, posto que os territórios marcados pela máquina colonizadora tentam reconstruir, por meio da inversão projetiva do discurso eurocêntrico, a imagem articulada pelos primeiros textos de fonte européia, tingidos pelos preceitos ideológicos estrangeiros. Inserido no conjunto dos países colonizados da América Latina, o Brasil foi enalacrado por uma linguagem etnocêntrica representante, em seu bojo imagético, da negação incessante de uma identidade dos autóctones, sob a égide de um único eixo sintagmático: o europeu civilizado e o indígena bárbaro. Nesse prisma, desnudam duas posições contraditórias, promulgadas pelo colonizador português: a revelação da alteridade do nativo indígena, por um lado, e a negação dessa alteridade, por outro. No entanto, a partir da criação do Estado brasileiro, postula-se, no cerne representativo romântico, a necessidade de inverter-se o posicionamento

discursivo através de uma construção identitária como revide ao colonizador, fato que atestaria para Portugal a capacidade do país tropical de produzir uma literatura isenta da influência dos vetores de força portuguesa, e, por conseguinte, de cópia, pois a dependência cultural que experimentaram os colonos propicia contornos definidos e unificadores de um matiz nacional demarcado pelo mapeamento de barreiras com a ex-metrópole. Frutifica, dessa postura, em termos simbólicos, uma produção literária veiculadora da particularização dos temas literários e dos meios de representá-los, uma vez que: “Para sacudir a alienação, {no discurso pós-colonial} houve uma tendência à elaboração de uma identidade de raiz única que se formulou segundo as mesmas regras de enunciação dos discursos que, por longo tempo, a negaram.” (BERND, 1999, p. 98). No viés brasileiro, os intelectuais reverberam e legitimam um discurso que prioriza como escopo a linguagem do europeu sobre os Trópicos. Sob esse prisma, articulam um “contra-discurso”, plasmado em um nível superficial, visto que, apesar de parecer opor-se ao outro, apenas invertem o mesmo discurso europeu, pois vivificam a atmosfera imagética contrastante e dualística: autóctone/ estrangeiro; Brasil/ Portugal, vista agora sob a ótica do país recém-emergente:

Todo o processo de busca identitária nas Américas corresponderá a dar respostas a este brutal processo de aniquilamento das especificidades das primeiras nações, procurando reverter a condenação maior imposta ao colonizado que é, para lembrarmos o texto antológico de Albert Memmi (1996), a perda progressiva da memória. A identidade será, portanto, a princípio, simplesmente reativa, o oposto, uma resposta ao colonizador {...}. Porque, motivadas simplesmente pelo revide, as identidades tendem à busca de uma pureza original que não é mais possível ou a um fechamento da comunidade sobre si própria. (BERND, 1999, p. 99 e 100).

Nessa esteira, percorre a geração de Magalhães, construtora de uma reforma literária e crítica polarizada entre centro e periferia; indígena/estrangeiro, considerando, entretanto, que nem todos os intelectuais acreditem na baliza de uma literatura nacional representada pela figura do ameríndio, como veremos. Várias contradições confluem da própria linguagem crítica dos contemporâneos brasileiros que se contaminam pela do europeu, derivando uma perspectiva nacionalizante, que tende a julgar toda a produção literária brasileira sob o prisma da representação da singularidade brasileira.

Para Weber (1997, p. 29), o conceito de nacionalidade “{...} é fruto das revoluções burguesas, e não uma concepção a-histórica, como a ideologia nacionalista tenta fazer crer.”. Não se sucede aplicá-lo em outros contextos, como os literatos fazem com relação ao arcadismo ou outros períodos. Sob essa égide, não há como cobrar de uma produção simbólica anterior aos Oitocentos aquilo que a história não havia construído. Tal consciência nacionalista, desenvolvida após as revoluções burguesas, ressona os ideais de cunho ufanistas promovidos, não por acaso, pelos precursores românticos estrangeiros Almeida Garrett e Ferdinand Denis.

Os europeus que se ocupam com a reforma poética do Brasil insistem para que os literatos projetem a cor local. Na aresta dessas influências, descortina-se a tensão entre a representação da brasilidade e as postulações românticas construídas sob pilares de forças exteriores, fato que imprime um descompasso e um deslocamento nos ideais defendidos pelos nacionalistas brasileiros, posto que, idealmente e teoricamente, ostentam uma postura coordenadora do conceito de gênio, operante nas manifestações artísticas que, por seu turno, desvelam-se como refutadores do conceito de cópia. Nessa linha, os ideólogos Oitocentistas, como Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e João Manuel Pereira da Silva, impregnados pelas idéias estrangeiras, fomentam discussões no que compete à originalidade e à autonomia da produção simbólica. Dessas discussões condicionantes para o mapeamento do caráter da linguagem poética, decorrem os parâmetros entrelaçados na busca da brasilidade, como a representação da cor local, traduzido pelo par índio e natureza; e o conceito de originalidade, que, ao lado do espírito nacionalista, passa a ser critério de organização e valoração dos autores e *corpus* dos períodos anteriores. Nesse ponto, delineia-se a convenção temática, ideológica e estética do romantismo, traduzidas pela oposição do nacional à mitologia

greco-romana, por meio da valorização dos elementos naturais e do culto ao cristianismo; pela condenação dos arcades; e pela evidência do prenúncio de nacionalidade já existente nessa mesma escola.

Construindo um terreno minado pela perspectiva nacionalizante, Magalhães, por meio dos ensaios “Ensaio sobre a história da litteratura do Brasil” (1836), e “Discurso sobre a história da literatura do Brasil” (1865), promulga o processo literário como ponto fucral à expressão peculiar de uma nação, balizando, como nacionais, as primeiras manifestações no âmbito simbólico, pertencentes ao século XIX, que incidem, não ocasionalmente, sobre a independência brasileira, posto que os críticos e literatos, desse momento, identificam a autonomia política com liberdade literária. Na linha de Magalhães, a produção artística brasileira colonial não engrenou uma literatura genuinamente nacional em virtude da exploração e da privação, a que os brasileiros foram submetidos pela empresa colonizadora. Este crítico nega, conseqüentemente, a correlação entre Brasil e Portugal, adotando as proposições ideológicas e simbólicas francesas, pois, para o poeta referido, o país tropical seria produto da revolução que disseminou idéias libertárias por todo o mundo. Deflui, dessas reflexões de Magalhães, a tensão entre o interno e o externo, que se desdobra na tensão entre o gênio, representante da originalidade poética e, no caso do Brasil, da particularidade brasílica; e a importação, representante da cópia, que, naquele momento, é convencionada a uma postura rejeitável.

Na direção de Magalhães, alinham-se as historiografias brasileiras de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, publicada em 1841, e João Manuel Pereira da Silva, publicada em 1843, refutadoras, de um modo geral, do conceito de cópia. Tais críticos, ao recorrerem aos índices de nacionalidade delimitados por Denis, coordenam o temário local no âmbito simbólico. Tendo em vista que os contemporâneos românticos não manifestam sua linha argumentativa na aresta de um mesmo leque, vislumbramos que Pereira demonstra em certos momentos um caráter menos antilusitano, embora sua perspectiva argumentativa construa-se sob um terreno oscilante entre o afastamento do antilusitanismo e a aproximação deste sentimento antilusitano. Cabe ressaltar que, dos críticos apresentados, apenas as colocações de Magalhães emolduram o indígena como representante desse momento, ao passo que as de Norberto e as de Pereira deslocam o nativo do eixo simbólico, embora atestem a tendência desse povo para a linguagem poética. Ressalvadas as devidas diferenças entre os críticos analisados, observamos que eles convergem para um principal eixo condicionante: promulgam e reverberam uma montagem estético/temática que absorva o conceito de gênio, balizado pela linguagem simbólica de caráter original, representante do espírito nacional. A postura emergente desses literatos rege, no bojo romântico, o sentimento antilusitano no trajeto obsessivo por modelos estéticos conferentes de originalidade. Tendo em vista que a direção dominante busca a ausência de uma confluência multicultural, os compatriotas engendram-se por um discurso duplo construtor da dialética entre o local e o universal: rejeitam, sob um dos pilares românticos, a relação entre a ex-colônia e o ex-colonizador, contudo, promovem a filiação Brasil-França, contradizendo, por outro lado, a noção de gênio, sustentada com tanto vigor.

Essas direções plasmam uma linguagem romântica impressora do principal eixo sintagmático contrastante: o exterior e o interior, posto que a realidade brasileira, diferenciada da realidade européia, assimila diversos ideais estrangeiros, realizadores da convivência de forças radicalmente opostas. Dessa forma, os intelectuais brasileiros importam um arcabouço literário e cultural proveniente de formulações européias, ao mesmo tempo em que reivindicam a supervalorização da particularidade elementar na busca de uma expressão própria. A respeito dessa mão dupla, Sussekind (1994, p. 454) afirma o seguinte:

De um lado é preciso reinventar retroativamente a nacionalidade desejada, fundar alguma coisa dizendo que, de algum modo, ela já estaria lá. De outro porque há um duplo compromisso em jogo nessa literatura que se produz nos decênios de 30 a 70 no Brasil do século XIX: tanto uma sintonia ao panorama cultural internacional de então quanto com um todo-poderoso projeto de individuação nacional. Mão dupla

que, senão é exclusivamente da consciência literária romântica, assumiria caráter peculiar nesse período.

A produção simbólica resultante desse quadro dúbio manifesta-se sob uma postura fronteiriça nas representações artísticas, frutificando, como exemplo, a representação do nativo, cultivado como símbolo diferenciador cultural, e coordenado por um crivo tencionado entre as representações da tradição ocidental dadas como centrais, e a construção da tradição romântica brasileira vista como periférica, consentidas dentro de um longo período de processo colonial. Nesse prisma, a literatura tende a focalizar uma temática local, projetada não só pelo índio, como também pelo urbano, rural/regional, e veiculada sob uma forma importada. Nessa vertente, reiteramos a mão-dupla que percorre o romantismo brasileiro, uma vez que, por um eixo, a dependência cultural obriga os intelectuais a importar modelos literários para a construção do temário local e da tradição romântica brasileira, e, por outro, a necessidade de construir as bases de uma literatura particularizada, por meio da valorização dos elementos locais, não permite a cópia.

Tendo em vista a dialética centro/periferia que rege o movimento romântico, buscaremos apresentar uma perspectiva de leitura da representação literária local, a partir da construção estético/temático da figura do índio, escolhido dentre os temas que encabeçam o romantismo. Para esse estudo, analisaremos o modo como Gonçalves Dias, por meio das *Poesias Americanas* (1998), e José de Alencar, por meio de *O Guarani* (1992), representa a figura mítica do ameríndio, considerando o olhar particular que cada um manifesta, ao mobilizar direções de linguagem face aos preceitos contraditórios que promovem o romantismo.

1 O Indianismo Brasileiro: Um Terreno Em Furor Dialético

A tarefa de criar uma literatura genuinamente nacional nasce com a geração de Magalhães, tendo em vista que o romantismo brasileiro é tradicionalmente datado no ano de 1836, após a publicação de *Suspiros Poéticos e saudades*. Nesse mesmo ano, edita-se a revista *Nitheroy*, coordenada por Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre e Torres Homem. Os textos que integram essa revista, como o “Ensaio sobre a história da litteratura do Brasil”, de Magalhães, lançam as principais idéias que embasam os ideais românticos no Brasil. No entanto, esses primeiros conterrâneos não conseguem executar a tarefa a que se propõem, pois “{...} se do ponto de vista da agitação das idéias com eles começa de fato o romantismo brasileiro, do ponto de vista da realização poética nem ele {Magalhães} nem o seu amigo e dedicado escudeiro Porto-Alegre foram poetas à altura da tarefa que se propunham”. (FRANCHETTI, 1994, p. 191). Nesse sentido, o discurso poético desses compatriotas constrói textos com forte vínculo ao arcabouço neoclássico e linguagens que não contribuem para a brasilidade temática. Nas palavras de Franchetti (1994, p. 192), vislumbramos uma rápida análise de Magalhães e Porto-Alegre:

Em seus poemas {poemas de Porto-Alegre}, como na obra de seu amigo {obra de Gonçalves de Magalhães}, sente-se um grande desnível entre a preocupação nacional explícita e a pouca maleabilidade do verso, canhestro e duro, incapaz de fornecer em nível lingüístico qualquer contribuição equivalente à brasilidade dos temas e do vocabulário.

Entretanto, a temática indianista que é promessa na geração de Magalhães realiza-se na linguagem de Gonçalves Dias que, assim como a de José de Alencar, representa a cultura mítica do ameríndio, engrenando um vocabulário e uma linguagem diferenciada com relação à dos seus predecessores. Essas direções assinalam as perspectivas do olhar que lê e traduz a cor local, e que será estudado tanto em Dias quanto em Alencar.

O representante da linguagem simbólica indianista Gonçalves Dias guia-se por um contexto ideológico direcionado, principalmente, pelo nacionalismo ufanista, representado por seus contemporâneos que estão em defesa da integridade da pátria recém-emergente. No entanto, distancia-se

das posturas mais radicais de seus compatriotas, posto que o poeta maranhense não refuta o conceito de cópia, tão caro a seus conterrâneos. Nessa direção, coroa o início dos Oitocentos com um eixo dúplice construtor de uma dialética entre a reapresentação da tradição ocidental e a (re)construção da tradição romântica. Essa postura expressa a reorganização da modelagem estético/temática romântica, fato que imprime o modo como o poeta opera com os modelos importados sob o âmbito artístico propriamente brasileiro, e o modo como articula os conceitos que regem os termos nacional e universal, dados pela historiografia romântica. Assim, rompe com os valores ocidentais instauradores dos modelos classicizantes greco-romanos, reorganizando e subvertendo os valores contempladores da sacralização ocidental. Nesse prisma, o abalo do arcabouço clássico, promulgado pelo literato referido, relativiza as posturas canonizadas da época anterior e compõe a erupção de novos valores, que perfazem, por seu turno, uma mescla entre os parâmetros estéticos e ideológicos da corrente neoclássica e da corrente romântica.

Alinhado nessas direções, Gonçalves Dias engrena uma dupla posição no âmbito simbólico nas *Poesias Americanas* (1998): utiliza uma diferente combinação dos mesmos elementos da tradição ocidental, por um lado, e rompe com alguns desses elementos, por outro. Nesse sentido, faz uso de toda métrica existente na língua portuguesa para construir diferentes manifestações rítmicas, bem como para quebrar com regras de mera convenção. Por sua vez, impregnado por esse crivo dinâmico, configura formas variadas do gênero lírico tradicional galego-português a fim de veicular uma temática rompente com os ditames mitológicos que revigoravam no cerne do Neoclassicismo. Diante desses caminhos trilhados, a linguagem gonçalvina desnuda a consagração de um movimento dinâmico em termos representativos que se realiza por uma vertente caracterizadora de dois turnos: ora empenha-se na revisão e na reconstrução da tradição clássica, e ora anseia o mapeamento de sua própria tradição.

Expressando uma postura um pouco diferenciada de Gonçalves Dias, José de Alencar ecoa as posições das historiografias românticas com relação ao conceito de gênio, e, por conseguinte, de cópia. Nesse sentido, nega sua filiação aos franceses, principalmente, a Chateaubriand e a Cooper, como faz questão de por em causa nas suas colocações em *Como e porque sou romancista* (2005).

Sob essa égide, segue pelos mesmos rastros de seus contemporâneos mais radicais, deixando em aberto a influência que recebe de horizontes estrangeiros, ou da tradição ocidental, haja vista que, da mesma forma que os primeiros críticos Oitocentistas não resolvem a dialética local/universal, posto que estes se filiam a França, Alencar também não a resolve, pois, embora negue qualquer vínculo com os franceses, assevera sua matriz com Portugal. Assim, mapeia sua linguagem na trilha do caminho dialético entre a importação da forma do romance e a sua nacionalização por meio do temário exótico e da representação de uma linguagem nacional. Nesse vértice, assim como Gonçalves Dias, Alencar tece um movimento pendular entre a revisitação da tradição Ocidental e a (re)construção da literatura romântica brasileira, tendo em vista que o percurso que trilha na dificultosa tarefa de construir uma literatura indianista configura-se de modo mais radical que a de Dias. Sob esse prisma, busca um discurso propriamente brasileiro através de uma sintaxe e de um vocabulário que se aproxime da linguagem indígena. Rejeitando a linguagem clássica, critica Dias pela extração do modelo neoclássico. Por outro lado, Gonçalves Dias cultiva a cor local ancorada na escolha vocabular de seus poemas que se referem à esfera mítica do ameríndio.

Essas tensões românticas nas modelagens poéticas dos autores revisitados assinalam uma trajetória de linguagens sobre um terreno minado pela crítica construtiva da matriz identitária, enredando-se por uma direção condicionadora de um dos pilares de outra tensão romântica: a tensão entre realidade, história e mito. Para a análise desta leitura, levaremos em consideração o momento histórico e, por conseguinte, as contradições ideológicas que percorrem o império no momento em que a nação tece suas raízes e constrói o imaginário brasileiro, sob um dos pilares da imitação do aborígene e do aproveitamento de sua cultura mítica.

Tendo em vista que o discurso de Dias e Alencar assenta-se sobre o quadro global e brasileiro do século XIX, cabe ressaltar que os poeta guiam-se pelo período romântico, definido como revolucionário e nostálgico, delineando, respectivamente, um contexto que contempla a modernidade, traduzida pelo progresso; e um contexto que contempla o passado, traduzido pelo retorno às origens e expressado pelo homem de natureza não-corrompida.

A realidade dos contrerrôneos Oitocentistas tanto no Brasil, como na Europa, conjuga “a dor-do-mundo” perante a fragmentação do homem, que esboça um rasgo, nas manifestações artísticas desse momento, ou pela via da superação das dissociações sociais em busca de uma unidade elementar, contemplada por meio de uma linguagem idealizada; ou pela via crítica consciente dessa esfera horrenda, por meio de uma linguagem irônica, conectada com o burlesco e com grotesco. Contudo, refletiremos, por meio das *Poesias Americanas* (1998), de Gonçalves Dias, e de *O Guarani* (1992), de José Alencar, que o modo como emerge essas duas manifestações no linguajar romântico não é tão imobilizada quanto nos parece.

Em outro ponto, a história lateja a insaciável individualidade e particularidade, e, no caso do Brasil, a história brasileira prescindia de ser reformulada por um novo olhar, convencionado aos ideais progressistas e revolucionários, disseminados pelos estrangeiros. Assim, os historiadores e os literatos tomam como referência a imagem do Brasil projetada pelos europeus, buscando, por meio de um discurso científico e/ou poético, reconstruir tal imagem. Nesse prisma, a história, coordenada por um olhar eurocêntrico, precisa ser superada, por meio da transcendência da palavra poética e da construção de uma nova historiografia revigoradora dos atos heróicos dos brasileiros.

Nestas condições, a componente realidade tingidora do quadro brasileiro ancora-se, principalmente, no seguinte ponto de apoio: no processo civilizatório. A relevância ímpar alçada por esse processo, no século XIX, condiz com o contexto do século XVIII, que Paz (1984) chama de Idade Moderna: período em que se passa a discutir a crítica e a história, e, por conseguinte, passa-se a adquirir consciência da tradição ocidental. A partir disso, o moderno delineia um eixo de oposições, crivado sobre o que não era considerado moderno: moderno/ antigo; avançado/ atrasado; civilizado/ bárbaro. Sob essa égide, Paz (1984) faz uma identificação relevante para nosso estudo: a identificação entre a modernidade e a civilização, posto que, no século XIX, os intelectuais brasileiros reivindicam uma imagem que conjugue o país como civilizado, pois até aquele momento o Brasil era visto como uma sociedade bárbara. Frutificado por esse pensamento, o personagem indígena gonçalvino e alencariano, no âmbito simbólico, é convencionado como um cavaleiro nobre e exemplar, fruto de uma imagem convencionada ao processo civilizatório e aos paradigmas literários dos romances de cavalaria.

Essa modernidade que opera em favor da revolução, do progresso e da história, inicia, no pré-romantismo e no romantismo, um culto à sensibilidade e à paixão, que, segundo Paz (1984), edifica a exaltação da natureza como dois temas duais: como crítica moral e política da civilização; e como projeção de um tempo anterior à degradação da sociedade. Essa contraposição projetada nas representações da natureza gonçalvina e alencariana contempla outra imagem contrastante romântica: a imagem do estado civilizatório que se constrói ao lado da imagem do homem rousseauiano.

Nessa aresta, Gonçalves Dias e Alencar operam, em termos representativos, com o estado civilizatório, circunscrevendo o personagem ameríndio em uma esfera nobre, ao mesmo tempo em que operam com a volta ao mundo mítico, já perdido, por meio da busca da integração do homem na natureza. Deriva, dessa articulação, um impasse entre a realidade e o mito, interseccionados com a história, pois este discurso científico quer, por um lado, contemplar uma imagem civilizatória, aproximando-se da realidade, e, por outro, deseja amenizar o genocídio do indígena e os olhares de repulsa do europeu acerca do ameríndio, contemplando o mito e o passado quase imemorial. Postas essas direções, estudaremos o modo particular como cada autor representa a temática indianista.

Na linguagem gonçalvina, captamos duas posturas condicionantes nos procedimentos estéticos/temáticos, analisados a partir do estabelecimento de um jogo dialógico entre alguns poemas das *Poesias Americanas* (1998). No primeiro momento, o discurso estudado circunscreve o indígena enclausurado em um tempo cíclico, reverberando os feitos gloriosos do primitivo, como em “Canção do Tamoio”, “O Canto do Guerreiro” e “I-Juca Pirama”. Em um segundo momento, a linguagem gonçalvina fratura-se, cingindo com o universo utópico construtor dos poemas citados. Sob essa égide do esfacelamento no crivo idealista, defluem os poemas “Marabá”, “O Canto do Índio”, “Deprecação” e o “O Canto do Piaga”, tendo em vista que a presença de um elemento exterior, representando o europeu, gera um desequilíbrio no universo criado. Nessa direção, o passado quase imemorial construído por Dias projeta a extinção do ameríndio.

Assim, se, por um lado, a linguagem gonçalvina imprime a presença de vetores de força portuguesa, fruto de uma linguagem cosmopolita, por outro lado, a linguagem nega tematicamente a presença do estrangeiro, ao mesmo tempo em que promove um conceito estéril de hibridismo, visto que, mesmo reconhecendo o signo da diferença, não celebra a continuação da mescla cultural. Nesse sentido, “[...] a mestiçagem não é retratada positivamente nas “Poesias Americanas”, uma vez que nelas o contato entre nativos e adventícios é sempre sinônimo de violência, degradação e extermínio. (OLIVEIRA, 2005, p. 46 e 47). No que compete a essa leitura, Pereira (2006) assinala a fragilidade no âmago construtivo da poética gonçalvina decorrente do desequilíbrio proporcionado pela cisão entre o primitivo e o branco, posto que, para este autor, a identidade brasileira projeta-se na mescla entre os diversos povos que constituíram o Brasil, inclusive, o europeu.

Sob nossa ótica analítica, podemos vislumbrar que Dias, se por um lado, afasta-se das historiografias românticas, por outro, aproxima-se das historiografias analisadas, pois, nas *Poesias Americanas* (1998), descortinam-se alguns parâmetros poéticos convencionados pela crítica romântica, como a oposição à temática mitológica e o sentimento antilusitano que aparece como um dos pilares do discurso romântico gonçalvino. Nesse sentido, o poeta referido confere um processo imbricativo na dialética centro/periferia, promovido pelo âmbito simbólico e crítico romântico.

A linguagem alencariana, da mesma forma que a gonçalvina, também mobiliza um vetor de força duplo plasmado no romance *O Guarani* (1992), visto que, se por um eixo, engrena um crivo idealista que desponta na força e na astúcia de Peri, por outro, engrena uma fratura nessa aresta idealista, fato que desponta uma fragilidade e uma cisão nesse discurso, descartando a possibilidade de uma visão utópica no romance do autor indianista. Sob essa égide, o discurso de Alencar imprime a cultura mítica de Peri e a sua visão na esteira do exótico; e imprime a abdicação de Peri de seu mundo, o seu processo de aculturação e a extinção de sua cultura na esteira da fragilidade, inseridos na construção de um passado nacional. Nessa linha, a linguagem representativa de Alencar, bem como a de Gonçalves Dias não desvela apenas uma faceta idealista ou ingênua nos textos em análise, mas também uma faceta mais racional que aflora na perspectiva de construção da extinção do índio, no tempo passado criado pelos autores, que é representada ou pela miscigenação e aculturação do ameríndio, ou pela invasão dos colonizadores, assinalando uma composição poética sobre um terreno em furor dialético. Vale ressaltar que o modo como constroem uma face menos ingênua diferencia um literato do outro, posto que, enquanto Dias rejeita a comunhão entre o branco e o índio, representando tematicamente uma unilateralidade cultural, Alencar promulga a união entre o europeu e o ameríndio, tanto em *O Guarani* (1992), quanto em *Iracema* (1965), representando a síntese cultural. Contudo, no que diz respeito à linguagem deste último autor, o plano literário filtra a união entre os dois povos formadores da mescla cultural brasileira na aresta do conceito de “homem cordial”, dado por Sérgio Buarque de Holanda (1983), pois, caminhando nessa esteira, Alencar realiza a síntese temperada pela cordialidade, atenuando as diferenças e conflitos entre as diversidades culturais, e reverberando as aproximações entre o índio e o branco, por meio da edificação do mito da convivência harmoniosa. Dessa forma, dialoga com a visão de cordialidade que permeia a historiografia literária:

Foi a ótica da cordialidade de que fez com que a historiografia oficial brasileira construísse uma memória nacional onde acabaram por ser obscurecidos aspectos não desejáveis de práxis de nossas oligarquias rurais {...}. {...}. A historiografia brasileira do século XIX iniciou a construção, então, de uma grande narrativa, oficial e presente nos livros didáticos, totalmente coerente com os princípios ideológicos de afirmação do Estado nacional brasileiro, primeiro no Império e depois na República. (JUNIOR, 2004, p. 16)

Entretanto, vale ressaltar que, embora represente a atenuação de conflitos entre branco e ameríndio, o autor cearense não aponta apenas para um olhar positivo, mas também para um olhar negativo, projetado por meio da perda da cultura do primitivo e, por conseguinte, de sua extinção, pontuando a matéria histórica na temática indianista.

Nesse sentido, a construção da extinção do autóctone desvela a presença do objeto histórico no passado projetado por Alencar e Dias, sendo marcado de formas diferenciadas: o primeiro sacrifica o indígena em prol da formação cultural brasileira, ao passo que o segundo apenas mostra a execução em massa do ameríndio ocasionada pelo colonizador, sem sugerir a formação cultural brasileira.

Nessa égide, os contrapontos delineados entre a cultura mítica do indígena, sua linguagem, seu vocábulo e a trajetória do colonizador arquitetam-se sobre um movimento pendular: opera tanto com a representação da linguagem idealista quanto com a alusão ao processo colonizador. Sob essa direção, Alencar e Dias desnudam em seus textos uma referência ao processo de colonização, bem como as possíveis conseqüências para o mundo do ameríndio, fato que expressa uma cisão na utopia dos textos analisados, desvelando o cerne conflituoso apresentado face ao romantismo, posto que não apresentam apenas uma postura idealista.

Podemos constatar, a partir de nossa perspectiva analítica, uma possibilidade de leitura do temário indianista na aresta do olhar de Dias e Alencar, estudados sob a ótica de relações dialógicas e dialéticas entre as suas representações simbólicas e a historiografia literária Oitocentista, e de contrapontos e confluências entre o contexto histórico nacional e o estrangeiro. Posta nossa trajetória, vislumbramos a busca da expressão local projetada pelo exotismo da cultura do autóctone que percorre a esteira idealista e a esteira histórica na construção de um passado quase imemorial.

Tendo em vista o estudo proposto acerca do exotismo indígena, passaremos ao estudo da abertura deste campo literário, reivindicado inicialmente por Machado de Assis.

2 Machado De Assis e Sílvia Romero: O Deslocamento Do Gênio Local

A contribuição no âmbito crítico e literário dos compatriotas românticos imprime, no cenário brasileiro, a construção do gênio local deslocado, sob um dos pilares da manifestação romântica, da cor universal. Nesse sentido, o fechamento temático promove um movimento artístico que prima pela veiculação de elementos culturais brásílicos. Tal modo de representação, focalizável das tendências locais, é problematizado no ano de 1873, com a publicação do ensaio de Machado de Assis “Notícia da Atual Literatura Brasileira” ou “Instinto de Nacionalidade”. Nesse texto, Machado deflagra os principais descompassos do contexto brasileiro, enfatizando o empobrecimento da literatura, decorrente dos meios representativos que particularizam obsessivamente o âmbito literário.

As reflexões propostas por esse crítico desnudam um discurso que veicula por um eixo dialético, buscando uma intervenção crítica através de um olhar que se expressa de modo intermediário: “Já à primeira vista, destaca-se no ensaio a tática machadiana de afirmar para negar, sem, no entanto, excluir o negado. Ora, isso significa que Machado, após constatar um fato, apõe-lhe a contradição, negando a seguir a ambos, sem destruí-los, no entanto.” (WEBER, 1997, p. 58). Nesse sentido, não vê o indígena como um representante da cor local, mas também não nega sua projeção no campo simbólico, pois, para Machado, o erro da literatura seria construir o patrimônio brasileiro exclu-

sivamente sob a égide do ameríndio. A partir dessa leitura, põe em cheque o fechamento deste tema, em outras palavras, coloca em xeque um absolutismo temático. Nesse eixo discursivo dinâmico, retoma o romantismo, por um prisma, posto que mantém o caráter nacional, algo ainda a ser desenvolvido pela literatura, e nega o romantismo, por outro, posto que aponta a busca do gênio universal em consonância com a cor local. Na ótica machadiana, a assimilação de influências de forças estrangeiras não retiraria o caráter nacional da literatura. Na contramão do romantismo, assinala sua postura em um terreno minado pela transposição das barreiras locais, e pela relação entre ser nacional e universal, de modo que ambos os termos não se contradigam. Nesse sentido, Machado cogita a inserção da literatura brasileira na direção de um eixo paradigmático menos localista e mais abrangente, fato que gera uma tensão com o conceito de literatura brasileira definido até aquele momento. Em suma, se, por um viés, o crítico referido põe em relevo a cor local, por outro, aponta os limites e as carências no cerne das representações de caráter essencialmente localistas.

No mesmo horizonte de Machado, Sílvio Romero, ao publicar *História da literatura brasileira* em 1888, pontua a necessidade dos brasileiros ultrapassarem a representação de tópicos locais, por meio da incorporação de tópicos universais. Nessa esteira, ressalva o fato de o poeta mostrar-se nacional tanto na projeção simbólica de assuntos universais quanto na projeção simbólica de assuntos locais, assinalando a busca por conceitos que refletem, ao mesmo tempo, tendências nacionais e universais da criação literária.

Se Romero, por esta vertente, aproxima-se de Machado, ele distancia-se deste teórico pela vertente determinista, uma vez que, em virtude de sua visão evolutiva da literatura, constrói esta manifestação artística brasileira, a partir da miscigenação entre branco, índio e negro, pois, para Romero, a literatura passa somente a ser considerada brasileira, ou nacional, conforme exprima o processo de miscigenação, visto como um elemento diferencial. Entretanto, apesar dos dois autores apresentados divergirem-se em alguns pontos, para nosso estudo, o ponto fulcral defluído entre eles é a abertura do campo simbólico brasileiro proporcionada pela reflexão teórica de ambos os autores revisitados.

Na aresta de nossa linha analítica, podemos constatar que a crítica posterior ao romantismo apresenta um amadurecimento nos modos de conceber os procedimentos estéticos/temáticos literários, questionando a visão ufanista dos primeiros compatriotas Oitocentistas. Entretanto, não podemos revigorar esta última crítica em detrimento da romântica, desqualificando, por sinal, a dificultosa tarefa dos primeiros conterrâneos brasileiros na construção de um discurso representativo nacional, posto que as discussões condicionadoras da representação literária, no decorrer do século XIX, são de suma importância, não apenas a posterior ao romantismo, mas também a construtora deste movimento, tendo em vista que a formação da literatura brasileira dos Oitocentos, desde os predecessores românticos até os realistas, mapeará o escopo teórico e analítico das futuras produções literárias e historiográficas brasileiras.

Conclusão

Os românticos, na sua trajetória pela busca de uma matriz identitária nacional, definem um leque de parâmetros marcados por elementos diferenciadores e distintos com relação a outras literaturas. Em um segundo momento, a trajetória Oitocentista demarca a revisão de alguns conceitos românticos que abarca construções teóricas relevantes para o campo literário. Nessas direções, vislumbramos o quanto o século XIX é permeado por discussões contraditórias e heterogêneas na busca de princípios estéticos e temáticos para a construção de uma literatura brasileira.

Referências Bibliográficas

- [1] ALENCAR, José de. *Iracema*. Rio de Janeiro: José de Olympio, 1965.

- [2] _____. *O Guarani*. São Paulo: Ática, 1992.
- [3] _____. *Como e porque sou romancista*. São Paulo: Pontes, 2005.
- [4] BERND, Zilá. Identidades e nomadismos. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Literatura e Identidades*. Rio de Janeiro: Fonseca, 1999. p. 95-111.
- [5] COUTINHO, Afrânio (Org.). *Machado de Assis. Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985. v. 3.
- [6] DIAS, Gonçalves. *Poesia e prosa completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.
- [7] FRANCHETTI, Paulo. A poesia romântica. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina – Palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial, 1994. v. 2, p. 187-220.
- [8] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1983.
- [9] JUNIOR, Benjamin Abdala. Um ensaio de abertura: mestiçagem e hibridismo, globalização e comunitarismos. In: JUNIOR, Benjamin Abdala (Org.). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 9-20.
- [10] MARTINS, Ricardo André Ferreira. Machado de Assis e a literatura brasileira do Oitocentos: um projeto de literatura nacional. *Revista de História Regional*. Ponto Grossa, v. 7, n. 2, p. 9-32, 2002.
- [11] OLIVEIRA, Andrey Pereira de. A corrupção do universo indígena nas “Poesias americanas” de Gonçalves Dias. *Revista Trama*. Marechal Cândido Rondon, v.1, n. 2, p. 39-57, 2005.
- [12] PAZ, Octavio. *Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- [13] PEREIRA, Danglei de Castro. *Poesia romântica brasileira revisitada*. São José do Rio Preto: 2006, 234 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2006.
- [14] ROMERO, Sílvia. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- [15] SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina – Palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial, 1994. v. 2, p. 451-485.
- [16] WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: UFSC, 1997.
- [17] ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- [18] ZILBERMAN, Regina. História da literatura e identidade nacional. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Literatura e Identidades*. Rio de Janeiro: Fonseca, 1999. p. 23-55.

Autora

¹ **Rafaela SANCHES, Mestranda**

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP-IBILCE)

fafinha20@yahoo.com.br